

Suscitando debates sob a ótica da lei 10639: História Antiga sem África?

Rogério José de Souza – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Neste artigo discuto o ensino de História Antiga na cultura escolar brasileira a partir de dois campos de produção e representações étnico-raciais: o ensino/pesquisa na universidade e a lei 10639/03 que estabelece a obrigatoriedade do ensino afro-brasileiro e africano na educação fundamental e média. A partir do levantamento de teses produzidas no Programa de Pós-graduação da UNICAMP, no período de 1989-2007, procuro demonstrar como a África está ausente do campo de estudos de História Antiga e como o negro permanece um objeto de análise circunscrito ao campo de estudos da escravidão. Esse *modus operandi* da historiografia brasileira, de forma sub-reptícia, tem orientado a produção de livros didáticos que reproduzem e potencializam hierarquias, racismos e preconceitos que contrariam as diretrizes curriculares defendidas já na Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996 e nos Parâmetros Curriculares da disciplina História em 1998. Diretrizes essas, reafirmadas e ampliadas com a aprovação da lei 10639/03. O artigo quer indicar que a Universidade brasileira precisa dar atenção às formas como a branquidade se interage a produção científica. E se nessa área, a referida instituição, pretende pluralizar os discursos produzidos em seu interior, terá necessariamente que reproduzir essa pluralidade, do ponto de vista étnico-racial, nos segmentos docentes e discentes da universidade.

Palavras-chaves: África – Historiografia – Pós-graduação.

Em tempos de rediscussão dos conteúdos curriculares do ensino médio e fundamental estimulados pela lei 10639/03 ¹, o ensino superior, no âmbito da

¹ Pontos da Lei 10639/03. Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira".

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação

graduação e da pós-graduação, está sendo obrigado também a repensar sua estrutura curricular. Até bem pouco tempo atrás, pouquíssimas universidades preocupavam-se com o ensino de História da África e, mesmo as que mantinham o referido continente entre as disciplinas ministradas, raro era o caso de estarem no organograma enquanto disciplina obrigatória. A África, e os países que a compõem, vêm sendo ignorada nas instituições de ensino superior. Conseqüentemente, muitos professores acabam por se formar, desconhecendo completamente o continente que contribui com quase 50% da população brasileira. Outro reflexo dessa ignorância está na edição de livros didáticos que registram equívocos, preconceitos, limitações, ausências. Ainda que alguns livros disponíveis no mercado apresentem pequenas melhorias, o conteúdo voltado à história africana, muito ainda precisa ser discutido para que tenhamos pluralidade e igualdade étnico-racial no ensino da história. Sobre esse assunto, Anderson Oliva analisou o estudo da história da África no Brasil em 34 coleções didáticas e concluiu que grande parte destes livros didáticos apresenta uma visão eurocêntrica sobre a África e quase sempre aborda com displicência e simplificações a história do continente. Até o ano de 2000, apenas duas coleções destinavam um capítulo ao referido continente².

Sendo assim, neste artigo discuto o ensino de História Antiga na cultura escolar brasileira a partir de dois campos de produção e representações étnico-raciais: o ensino/pesquisa na universidade e a lei 10639/03 que estabelece a obrigatoriedade do ensino afro-brasileiro e africano na educação fundamental e média. A partir do levantamento de teses produzidas no Programa de Pós-graduação da UNICAMP, no período de 1989-2007, procuro demonstrar como a África está ausente do campo de estudos de História Antiga e como o negro permanece um objeto de análise circunscrito ao campo de estudos da escravidão. Esse *modus operandi* da historiografia brasileira, de forma sub-reptícia, tem orientado a produção de livros didáticos que reproduzem e potencializam

da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

² OLIVA, Anderson R. . A História da África nos Bancos Escolares: Representações e imprecisões na literatura didática. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 322-358, 2003.

hierarquias, racismos e preconceitos que contrariam as diretrizes curriculares defendidas já na Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996³ e nos Parâmetros Curriculares da disciplina História em 1998⁴. Diretrizes essas, reafirmadas e ampliadas com a aprovação da lei 10639/03. O artigo quer indicar que a Universidade brasileira precisa dar atenção às formas como a branquidade se interage a produção científica. E se nessa área, a referida instituição, pretende pluralizar os discursos produzidos em seu interior, terá necessariamente que reproduzir essa pluralidade, do ponto de vista étnico-racial, nos segmentos docentes e discentes da universidade.

Para o despertar da aura de democracia racial que ainda paira sobre a academia, é preciso voltar a formular algumas perguntas, tais como: para que e para quem é o conhecimento que criamos e reproduzimos? Que Brasil são por ele alimentados? Estes conhecimentos estão democraticamente construídos sob a ótica das diversas matrizes étnico-raciais que compõem nosso país?

Esse artigo pretende explorar essas questões, referindo-se a algo que a universidade circunstancialmente ignora. A branquidade do saber, isto é, o caráter não somente eurocentrado da produção do conhecimento, mas articulado a formas de domínio colonial e neocolonial dos saberes da historiografia.

Gesser e Rossato descrevem a branquidade como:

“Esta consciência silenciada ou experiência branca pode ser definida como “uma forma sócio-histórica de consciência” nascida das relações capitalistas e leis coloniais, hoje compreendidas como “relações emergentes entre grupos dominantes e subordinados”. Essa branquitude como geradora

³ **Art. 26º.** Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

§ 4º. O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia.

Art. 27º. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes:

I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;

⁴ Logo no início do PCN registra-se a preocupação com eurocentrismo, propondo a revisão curricular brasileira. No entanto, não há um só autor africano ou da diáspora, na bibliografia usada como base para a confecção do documento. Seria interessante saber se entre os autores brasileiros registrados no referido documento algum se autodeclara negro.

de conflitos raciais demarca concepções ideológicas, práticas sociais e formação cultural, identificadas com e para brancos como de ordem "branca" e, por consequência, socialmente hegemônica⁵”.

O imaginário social está permeado pela idéia do branco como um padrão universal, neutro e destituído de racialidade. Nesse sentido, o *modus operandi* da branquitude teria o efeito discursivo de invisibilizar a identidade branca presente na produção do conhecimento⁶.

Tal é o caso de muitos programas de pós-graduação brasileiros. As teses defendidas nessas instituições evidenciam o quanto esta branquitude (que ora se apresenta explicitamente, ora sob a forma de simulacros) está presente nas categorias de ensino e pesquisa das universidades. Trata-se de algo tão bem sucedido, que mesmo os setores intelectuais mais progressistas, não se percebem fazendo parte dessa ótica colonizadora e, não raro, refutam qualquer crítica com argumentos tão ou mais desqualificadores que os grupos conservadores.

Sendo assim, faz sentido que nos interroguemos sobre o conhecimento que se produz e reproduz em nossas universidades. Além disso, cabe investigar se de fato este saber contribui para aumentar às possibilidades de respeito à diversidade, de combate ao racismo e à intolerância.

Neste campo de análise, nada mais interessante do que analisar as teses defendidas no Programa de Pós-graduação da UNICAMP, verificando a diversidade étnico-racial das temáticas escolhidas por seus alunos. Que excelente oportunidade de examinar o que está sendo produzido sobre África e diáspora do período que vai de 1989 até 2007.

A primeira data marcando o aniversário de um ano da última constituição brasileira e da discussão sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (que só

⁵ ROSSATO, César; GESSER, Verônica. A Experiência da Branquitude Diante de Conflitos Raciais: estudos de realidades brasileiras e estadunidenses In: CAVALLEIRO, Eliane dos Santos (org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando a nossa escola**. São Paulo: Summus/Selo Negro, 2001.p. 11-36. p. 11.

⁶STEYN, Melissa. Novas matizes da “branquitude”: a identidade branca numa África do Sul multicultural e democrática. In: WARE, Vron. **Branquidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p.115-137. p.115.

será concluída em 1996), na qual a inclusão da história e cultura afro-brasileira e africana já desponta como meta. Poderíamos acrescentar também as mobilizações nacionais do movimento negro, engendradas pelos 100 anos da Abolição, que tiveram significativo impacto sobre a assembléia constituinte.

A segunda data acumulando poucos debates e experiências universitárias sobre o ensino e a pesquisa no âmbito da história e cultura afro-brasileira e africana, bem como a pressão dos movimentos sociais negros pela obrigatoriedade do referido conteúdo nas escolas. Esta pressão culminou com a aprovação da Lei 10639/03.

Em termos de historiografia, Certeau⁷ mostra que a operação historiográfica é fruto da combinação de um lugar social, de uma prática científica e de uma escrita. O lugar social do historiador viabilizaria sempre um novo olhar sobre a história, o que pluralizaria as considerações sobre um mesmo evento, mesmo quando analisado o passado que já se sabe, ou que se passou. Para ele é em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses que os documentos e as questões que lhe são propostas se organizam. Diante de tal afirmação, se este lugar compreende aspectos socioeconômicos, políticos e culturais, conseqüentemente, as relações raciais seria um dos elementos que também transversalizaria este lugar de produção. Nesse sentido, toda produção do conhecimento carrega também subjetividades fundadas nas relações raciais e, nesse caso, a branquidade, como uma das modalidades destas relações, seria indissociável da práxis social-racial, a qual torna possível esta ou aquela interpretação histórica.

Pode-se observar que em determinados campos da historiografia, o discurso universalista europeu e a constituição de outras culturas como sua periferia, articulam-se para construir um saber que, apesar de simular respeito a diversidade, se constitui em um universalismo que hierarquiza o diferente. Segundo Dussel “essa é uma das facetas do eurocentrismo da modernidade, haver

⁷ CERTEAU, M. **A Escrita da Historia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p.67

confundido a universalidade abstrata com a mundialidade concreta, situando a Europa como centro⁸”.

Com efeito, se olharmos a historiografia brasileira pela ótica do conceito branquitude e provocarmos as investigações desse campo de estudos, veremos que as condições que orientam a sua elaboração, as condições de produção que remetem a determinações sociais, intelectuais e literárias explicativas da sua construção ainda circunscrevem os estudos sobre o negro, sobre relações raciais, sobre África há determinados “guetos”. Cabe então uma pergunta: após aprovação da Lei 10639, como subsidiaremos os livros Didáticos e os profissionais da educação se a universidade mantém uma produção acadêmica que reduz o negro ao papel de escravo?

Para efeito de análise das discussões suscitadas, interessa aqui as teses de doutorado defendidas no Programa de Pós-graduação da UNICAMP no período de 1989-2007, disponibilizadas no site⁹. Para viabilizar nossa análise, separei as teses que no título ou no resumo apresentavam intenções de discutir relações raciais, escravidão, religiosidade, ou seja, qualquer temática que se referisse à temas afro-brasileira ou africana. Sabemos dos limites dessa escolha, uma vez que as teses podem estar discutindo temáticas afro-brasileiras ou africanas sem necessariamente mencioná-las no resumo ou no título. No entanto, por se tratar de um estudo inicial e considerando que os títulos de teses geralmente registram o objeto de estudo, ainda que ignoremos uma ou duas teses nesse processo seletivo, a omissão não coloca em cheque a validade deste trabalho.

A escolha de teses se deu por sabermos que estas constituem o produto de pesquisas desenvolvidas em cursos de nível de pós-graduação, resultando assim em trabalhos mais elaborados e valorizados academicamente. O doutorado apresenta maior grau de profundidade e originalidade, além de simbolizar a

⁸ Dussel, Enrique. Europa, modernidad y eurocentrismo. In: Lander, Edgardo (compilador) **La colonialidad del saber : eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso, 2003.p.48

⁹ Programa de Pós-graduação em História da UNICAMP.
http://www.ifch.unicamp.br/pos/historia/index.php?texto=teses_2007&menu=menuteses. Acesso em 10 de março de 2008.

máxima titulação acadêmica no organograma universitário. Além disso, escolhemos esta fase da vida acadêmica por sabermos que o número de negros e negras é muito reduzido e este aspecto é parte das discussões suscitadas por esse artigo.

Com isso pretendemos captar evidências de que a produção do conhecimento acadêmico sobre negros e africanos no Brasil está presa a determinados eixos temáticos, determinando fronteiras bem definidas sobre o papel do negro na história. Acreditamos que estas fronteiras, estas investigações circunscritas têm impacto sobre os livros didáticos, sobre o corpo docente e discente dos segmentos escolares e são obstáculos para a construção de uma educação anti-racista.

Ao realizar a leitura do histórico da Pós-graduação da UNICAMP percebemos que temática da escravidão está presente desde os primórdios do programa. A referida instituição foi fundada na década 70, como Programa de Mestrado em História do Brasil dedicando-se inicialmente “a recuperação da memória política das classes trabalhadoras, com estudos sobre a vida cotidiana, a vida fora das fábricas e a cultura popular¹⁰”.

Em 1980, instituiu-se o doutorado e criou-se uma área de concentração comum na História Social do Trabalho, que abrigou cinco linhas de pesquisa: Escravidão e trabalho livre; Movimentos sociais; Processo de trabalho; Política e trabalho; Cultura e cidades, vindo a acrescentar, em 1989, área de concentração em História da Arte e da Cultura¹¹.

A partir de 1990, novas temáticas incorporaram-se aos eixos investigativos do programa promovendo uma mudança curricular: religião, gênero, racismo, cultura material, pós-modernismo. Entre os fatores que teriam estimulado esta reformulação estaria a Lei de Diretrizes e Bases (LDB). A área de concentração História Social do Trabalho tivera um redimensionamento, surgindo, assim, uma linha de pesquisa, cujo tema atrelava escravidão e do Racismo. A partir 2001, o

¹⁰ Idem. <http://www.ifch.unicamp.br/pos/historia/index.php?texto=programa&menu=menuprograma>. Acesso em 10 de março de 2008.

¹¹ Idem. <http://www.ifch.unicamp.br/pos/historia/index.php?texto=linhaspesquisa&menu=menulpesquisa>. Acesso em 10 de março de 2008.

programa se consolida definitivamente, aumentam as temáticas contempladas nas linhas de pesquisa do programa. No entanto o eixo que articula o conjunto de trabalhos que “verifica os limites e possibilidades das abordagens apoiadas em critérios étnicos e raciais, enfatizando a experiência de negros, africanos e seus descendentes¹²” acaba por reduzir esta experiência ao fenômeno da escravidão.

As investigações a que o negro está submetido nos temas das teses da Pós Graduação da Unicamp apresentam-se de forma mais representativa no campo de estudos da escravidão. Do total das 23 teses que trazem no título ou no resumo algum termos como África, africanos, negros, libertos, escravo, relações raciais, senzala, africano, capoeira, quilombos, afro-brasileira, Angola, afrodescendente, cidadania negra, 14 referem-se ao contexto da escravidão. Uma tese refere-se à religiosidade, 3 teses situam-se nas questões da pós-abolição e 6 teses debatem relações raciais.

Apesar das mais variadas temáticas e teorias utilizadas para composição dessas teses, a experiência africana e da diáspora no mundo, via de regra, tem início na história moderna. A experiência da escravidão acabam sendo o eixo agregador “das pesquisa de espaços e contextos informados por identidades, práticas e pensamentos vinculados à África. No que tange outros recortes históricos, predomina o desinteresse, a ignorância, a falta de recursos, fruto das dinâmicas raciais da sociedade brasileira que ora traduz-se em silêncio. No qual, a referência a relações raciais pode estar explicitamente ausente nas linhas de pesquisa promovidas pela Pós-graduação, mas permanece como uma “presença ausente”. Este silêncio da evidencia o poder do branquitude epistemológica em razão de seu próprio ocultamento, pois a produção eurocentrada, além de superdimensionar a experiência branca no mundo, destrói qualquer possibilidade de um conhecimento que valorize a diversidade étnica e racial da história mundial.

Cabe destacar algumas teses que discutem personalidades negras brasileiras do final do século XIX início do XX são eles: Lima Barreto, Jose do Patrocínio e Machado Assis. Estas investigações apresentam outras óticas investigativas e avançam rumo à pluralidade étnico-racial. Outras teses discutem o

¹² Idem.

<http://www.ifch.unicamp.br/pos/historia/index.php?texto=linhaspesquisa&menu=menulpesquisa>. Acesso em 10 de março de 2008.

conceito de raça na formação da nação brasileira, na literatura ou na obra de autores do início do século XX, no entanto, este debate quase sempre está atrelado ao “trauma da escravidão”.

No ano de 2006, a linha de pesquisa História Social da África foi criada. Na página do programa, o ícone que expressa os pontos a serem estimulados para investigação nesse campo de saber, são bem abrangentes. No entanto, o registro de que esta linha de pesquisa foi instituída a partir estudos relacionados à escravidão dá indícios do ponto de partida pelo qual o negro é “naturalmente” investigado na historiografia brasileira. Algo que não encontra equivalência, quando estamos nos referindo a história da Europa e da população branca. Esta última vê-se historicamente contemplada desde os primórdios da humanidade até a atualidade.

Por exemplo, ainda que o PPGHIS tenha uma área de concentração em História da arte, até agora não há uma só tese sobre arte afro-brasileira e/ou africana. Outra grande lacuna está no campo da História Antiga, não existe uma só produção sobre África nesse campo da historiografia. As cinco teses defendidas no Programa de Pós-graduação da Unicamp versam sobre Grécia, Roma e Cristianismo. Pedimos desculpas, como que nos antecipando por uma possível injustiça, motivada, talvez, pela excessiva generalização que será feita, mas, nas universidades Brasileiras História antiga é sinônimo de Grécia e Roma antiga e isto se deve a clara aceitação dos ditames europeus, mas especificamente franceses, na constituição da historiografia deste campo do saber¹³. É preciso tomar consciência de que a prescrição de eixos investigativos e papéis sociais para categorias sociais discriminadas implica necessariamente uma limitação para a ciência e para a população geral.

A lei 10639/03 vem estimulando várias pós-graduações a incluírem o estudo da história da África. Não obstante, as linhas de pesquisa criadas, devem servir para romper com recortes em que o negro é tradicionalmente estudado. Outro ponto a ser discutido é a inclusão de livros e artigos de autores africanos e

¹³ SOUZA, R. J. A Tragédia “Édipo Tirano” de Sófocles. O que Ela tem a nos Dizer sobre Relações Raciais no Campo da Historiografia Brasileira? Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Comparada. Departamento de História. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

da diáspora nos cursos de pós-graduação, “deseurocentrizando” os próprios olhares sobre o continente africano e o eixo diáspórico.

Assim, dada a preponderância de estudos sobre a escravidão nas pesquisas voltadas à África e diáspora: Como ensinar História da África de maneira adequada se nós não há conhecemos? Como desenvolveremos novos campos investigativos que valorizem e integrem as múltiplas identidades étnico-raciais, por meio de um saber que leve estudante e o professor a conhecer suas origens e a se reconhecer como parte da História mundial?

Os livros didáticos continuam veiculando um estilo de pensamento baseado em uma distinção ontológica e epistemológica entre os “civilizados” e os “bárbaros”, orientando uma subentendida separação entre os greco-romanos (tidos como brancos ocidentais) e os outros bárbaros (negros, árabes, asiáticos, etc.). Naturaliza-se, assim, uma imagem extremamente simplista de uma antiguidade branca e ocidental.

As abordagens epistemológicas pós-coloniais e os enfoques de diferentes teorias têm possibilitado um pensar diferente e nos conduz à tentativa de construir uma visão de mundo em que as pessoas possam fundar outras escalas de valores e, conseqüentemente, e refundar a sociedade contemporânea.

Uma educação multicultural, nesse sentido, revisitaria a o conteúdo de história antiga, quebraria o silêncio da hegemonia branca, mostrando que qualquer identidade cultural, mesmo na Antigüidade clássica, é híbrida. O registro de um passado que tenha etnias não-européias, que saia do esquema arianizado de Grécia, é fundamental. Tanto para alunos universitários, futuros professores do ensino médio e fundamental, como para estudantes dos referidos segmentos que aprendem que o negro “só entra na História” quando da chegada dos europeus na África.

Circunstancialmente, o campo do ensino e pesquisa acadêmicos são balizados por três pontos: (1) o universalismo não carrega em si o germe do racismo, (2) que existem produções que sublimam as dinâmicas raciais, e (3) que o silêncio, as omissões, as seleções não fazem parte da gramática social da prática historiográfica.

A universidade, a escola é o lugar onde nos compreendemos e nos construímos como humanos, pois permite que as relações sejam estabelecidas a partir do encontro das diferenças. No entanto, esta “virada epistemológica”, que promoverá a pluralidade dos recortes investigativos do ponto de vista étnico-racial precisa estar acompanhada de uma política de inclusão de negros e negras nos corpos docentes e discentes da universidade.

A ausência de intelectuais negros na academia produziu um estatuto de verdade e um silêncio nas interpretações sobre África e diáspora em muitos históricos. No Brasil há uma formulação teórica acadêmica profundamente desigual do ponto de vista racial¹⁴. Devido ao fato de que existem poucos professores e estudantes negros em todos os programas de pós-graduação de História, faltam pesquisas que equilibrem essa produção brancocentrada. Cabe ressaltar que juntando todos os professores das principais universidades brasileiras (USP, UFRJ, UNICAMP, UNB, UFRGS, UFSCAR e UFMG) teremos um grupo de cerca de 18.400 acadêmicos, a maioria doutores. Deste universo, apenas setenta são negros, e nenhum é índio¹⁵. A historiografia brasileira, ainda que sob a aura científica é dirigida por uma leitura do presente em que o leme da branquitude guia muitos pesquisadores pelo mar da investigação. E, nesse sentido, não estaremos exagerando se afirmamos que a práxis historiográfica se confundiu a branquitude, mesmo que o método e a teoria sigam sem sofrer interferências. No entanto, esta produção esboça um comportamento institucional e acadêmico que começa a se esgotar. E, nesse caso, a identidade racial branca precisa ser analisada e conceituada para que possa reconhecer-se e conhecer-se, admitindo sua atuação histórica no plano das idéias. Muitos setores “costumaram negligenciar como a dominação branca tomou parte nos currículos escolares e universitários e como isto tem sido reproduzido, circulado e influenciado em uma variedade de contextos sociais e pedagógicos¹⁶”.

¹⁴ CARVALHO, José Jorge *Inclusão Étnica e Racial no Brasil. A Questão das Cotas no Ensino Superior*. São Paulo: Attar Editorial, 2006.p.89

¹⁵ *Idem, ibidem*, p. 93.

¹⁶ ROSSATO, Cesar e GESSER, Verônica. A Experiência da Branquitude Diante de Conflitos Raciais: estudos de realidades brasileiras e estadunidenses In: CAVALLEIRO, Eliane dos Santos

A academia propende a ser mais um veículo de reforço simbólico da política de invisibilidade, da desigualdade e da discriminação racial e um dos principais eixos de imposição de um modelo investigativo, cultural e estético branco ocidental e de manutenção da branquidade. Sob o manto da branquidade, muitos intelectuais ignoraram a necessidade de uma produção historiográfica que contemplasse a pluralidade étnico-racial. Outros, por desconhecimento, sequer vislumbraram (ou vislumbram) essa possibilidade de diálogo com essa pluralidade em suas pesquisas. A branquitude é uma construção social, e como tal não é parte intrínseca do ser humano. Se foi socialmente construída, pode ser também socialmente destruída com vistas à instauração da verdadeira democracia. E esta responsabilidade constitui uma tarefa de todos os brasileiros sejam negros, indígenas ou brancos.